

17.02.2016 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Audiência conjunta a diversas entidades no âmbito dos estabelecimentos de ensino privados

Recebidos por: Presidente da Comissão, Deputado Alexandre Quintanilha, e Deputadas Nilza de Sena (PSD), Susana Amador (PS), Joana Mortágua (BE), Ana Rita Bessa (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP)

Assunto: Contratos de associação

A audiência teve o seu início às 16 horas e 05 minutos e usaram da palavra para fazer uma intervenção inicial, dispondo para o efeito de 3 minutos, os representantes do Externato Infante D. Henrique, Braga (Professores), do Colégio Salesianos de Poiães, Peso da Régua (Professores e Encarregados e Educação), do Colégio da Imaculada Conceição, Coimbra (Associação de Pais), do Colégio S. Miguel, Fátima (Não docentes), do Centro de Ação Social do Santuário de Fátima, da Casa de São Miguel (Direção), do Centro de Estudos de Fátima, Fátima (Não Docente, Representantes dos Docentes e Pai de Aluno), do Instituto Nun'Álvares, Santo Tirso (Associação de Pais e Pais de Aluna), do Instituto Duarte de Lemos, Águeda (Sócio Gerente, Docente e Encarregada de Educação e Direção Pedagógica), do Colégio S. José, Coimbra (Direção e Associação de Pais), da Junta de Freguesia de Arentim e Cunha, Braga (Presidente da Assembleia de Freguesia), do Colégio Rainha Santa Isabel, Coimbra (Associação de Pais e Representante dos Docentes), da Associação de Professores das Escolas Particulares e Cooperativas com Contrato de Associação (Direção), da Federação Concelhia das Associações de Pais de Vila Nova de Famalicão (Representação de 55 Associações de Pais e Encarregados de Educação), da Comissão de Pais/Encarregados de Educação/Funcionários dos Colégios com Contrato de Associação (Pais/Encarregados de Educação), do Colégio Liceal de Santa Maria de Lamas, Santa Maria da Feira (Representação da Associação de Pais, dos 180 professores e funcionários e dos alunos), dos Professores e funcionários do Colégio Paulo VI, Gondomar (representante dos professores e funcionários) e do Colégio Nossa Senhora da Assunção de Famalicão – Anadia (grupo de docentes e não docentes), que podem ser consultadas na [página da Comissão](#).

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) agradeceu os testemunhos esclarecedores prestados e que permitiram perceber as preocupações existentes, idênticas, de resto, às do Grupo Parlamentar do PSD.

Referiu que para o Grupo Parlamentar do PSD não há escolas de primeira e de segunda nem professores de primeira e de segunda; há, sim, escolas públicas e privadas de qualidade e



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

é por essas que se deve lutar, sendo esse um princípio do qual não se pode nem deve abdicar; há que defender umas e outras assim elas prestem um bom serviço à comunidade educativa.

Disse também que muitas das escolas privadas existem em meios carenciados e desfavorecidos, prestando um serviço extraordinariamente importante a essas comunidades e que, ao reduzir o número de contratos de associação, está-se a inibir essas populações de poder escolher o seu projeto educativo e a sua escola. Nesse sentido, sublinhou que o Grupo Parlamentar do PSD vê com grande perplexidade a redução prevista desses contratos em sede de Orçamento do Estado para 2016, sobretudo porque ao longo dos últimos anos essas escolas já tiveram de fazer as suas adaptações às muitas contingências resultantes da crise vivida, suportando muitos dos cortes que foram feitos e estando hoje no limite das suas capacidades. Sublinhou, por fim, ser extremamente importante isso ser dito com muita clareza e de uma forma assertiva e que causa alguma indignação perceber que aqueles que vão ser lesados são de facto os que mais precisam e cujos contratos deviam ser defendidos.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) salientou que para o Grupo Parlamentar do PS, apesar do ensino particular e cooperativo desempenhar um papel muito relevante na qualidade do ensino, na educação e no desenvolvimento integral dos alunos, a rede pública não pode ser supletiva da privada, devendo ambas coabitar tendo por base uma escrupulosa aplicação financeira das verbas que lhe estão afetas.

Desmitificou toda a polémica em torno dos projetos de resolução, na medida em que essas iniciativas são apenas uma mera recomendação ao Governo, sem qualquer eficácia vinculativa ou jurídica. Disse que o texto final aprovado, fruto do diálogo mantido com o Grupo Parlamentar do PS, é substancialmente diferente dos originários constantes dos projetos de resolução do PCP e do BE e onde é recomendado ao Governo que:

«1 – Promova e divulgue um relatório sobre os atuais contratos de associação, os seus fundamentos, as verdadeiras carências de cobertura territorial e as necessidades educativas da Escola Pública;

2 — De acordo com o princípio da complementaridade e com a exigência constitucional de criação de uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população, redimensione a rede de ensino particular e cooperativo financiada pelo Estado.

3 — Sem prejuízo pelos compromissos contratuais assumidos pelo Estado, e da necessária preservação da estabilidade das escolas, restrinja a existência de contratos de associação em zonas em que exista oferta e capacidade instalada não utilizada nas escolas públicas, e proceda às alterações legislativas necessárias neste âmbito.»

Concluiu afirmando ser necessário fazer um estudo sobre a matéria e uma adequada reordenação da rede, com a assunção escrupulosa dos contratos assinados e tendo sempre presente a estabilidade nas escolas, que ninguém quer que haja despedimentos ou



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

instabilidade e que a matéria vai ser acompanhada pelo Governo através da manutenção de um diálogo com todos os representantes do sector.

A Senhora Deputada Joana Mortágua (BE) disse que o que estava em causa nos contratos de associação era uma questão francamente ideológica sobre a visão da escola e o papel que o Estado deve ter na manutenção do ensino público; que o Grupo Parlamentar do BE não quer que se desvie dinheiro da escola pública para financiar colégios privados e que não aceita que se esteja a querer acabar com a escola pública em nome de uma escola alternativa.

Referiu que no ano transato 328 milhões de euros foram transferidos para colégios privados localizados em sítios onde a escola pública tinha capacidade para receber alunos.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse ser extremamente relevante e gratificante ver os professores, não docentes, pais e diretores a defender uma posição comum, o que é revelador da coesão do seu projeto educativo, sendo igualmente de sublinhar que na audiência não houve qualquer escola a manifestar-se contra qualquer uma outra, fazendo cada uma, antes, uma apologia dos seus próprios projetos educativos.

Por outro lado, sublinhou que muitas das escolas com contratos de associação «deram a mão» ao Estado quando foi preciso por falta de capacidade deste em dar uma resposta; daí, agora, ser da mais elementar justiça que o Estado cumpra os contratos a que se obrigou.

Disse também que o Grupo Parlamentar do CDS-PP acolhe e defende um sistema baseado na pluralidade de respostas educativas e que até gostaria que, se necessário, houvesse mais contratos de associação, mas não para substituir escolas, não para criar concorrência com a escola pública. Se o tal estudo que vai ser elaborado concluir que há excesso de oferta, o Grupo Parlamentar do CDS-PP bater-se-á para que o critério de escolha não tenha a ver com a propriedade mas, sim, com a qualidade do ensino e os resultados obtidos.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) frisou que não tinha sido aprovada nenhuma recomendação que determinasse o encerramento de qualquer escola privada ou cooperativa nem apresentada qualquer iniciativa no sentido de desrespeitar os atuais contratos de associação. O projeto de resolução subscrito pelo Grupo Parlamentar do PCP apenas defende que deve haver iniciativa privada quando o serviço prestado seja determinante para a prestação do serviço público. O que não se pode verificar é o desvio de alunos do público para escolas do privado.

Concluiu afirmando que a alteração vai ser feita de forma gradual mas só depois de o estudo estar concluído.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A audição foi gravada em registo áudio, encontrando-se a gravação disponível na [página da Comissão na Internet](#).

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de fevereiro de 2016

A Assessora
Maria Mesquitela